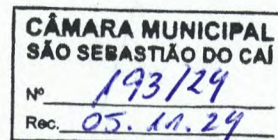




PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



PROJETO DE LEI Nº 069/2024

ABRE UM CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR R\$ 780.287,00 (setecentos e oitenta mil duzentos e oitenta e sete reais) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JÚLIO CÉSAR CAMPANI, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º - Fica aberto e incorporado ao orçamento de 2024, crédito adicional especial, no valor global de **R\$ 780.287,00 (setecentos e oitenta mil duzentos e oitenta e sete reais)**, com a seguinte classificação:

06	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E FAMÍLIA	
02	RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	
10.304.1026.1055	INVESTIMENTOS EM SAÚDE PÚBLICA	
4507	601– Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.	
3.4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - 65700	R\$ 780.287,00
TOTAL		R\$ 780.287,00

Art. 2º - Servirá de cobertura para a despesa prevista no artigo anterior o Recebimento de Recursos vindos através de Propostas junto ao Ministério da Saúde.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor nesta data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.


JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores!

Através do anexo Projeto de Lei, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para abrir e incorporar, no Orçamento de 2024, crédito especial destinado à aquisição de equipamentos para o Setor de Vigilância Sanitária.

Servirá de cobertura, para a despesa supramencionada, o Recebimento de Recursos vindos através de Propostas junto ao Ministério da Saúde.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, 05 de Novembro de 2024.



JÚLIO CÉSAR CAMPANI
Prefeito Municipal.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Parecer Jurídico

Parecer n.º 40/2024.

Ref.: Projeto de Lei n.º 069/2024.

Assunto: Abre um crédito especial no valor de R\$ 780.287,00.

Iniciativa: Executivo Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 069/2024 –
INICIATIVA DO EXECUTIVO – ABRE
UM CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR
R\$ 780.287,00 (setecentos e oitenta mil
duzentos e oitenta e sete Reais) E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n.º 069/2024, de autoria do Executivo Municipal, que foi encaminhado a esta Casa para análise e emissão de parecer. O Projeto de Lei visa abrir e incorporar ao orçamento de 2024, crédito especial no valor de R\$ 780.287,00, recebimento de recursos vindo através de Propostas junto ao Ministério da Saúde.

O Projeto se legitima em razão da necessidade à aquisição de equipamentos para o Setor da Vigilância Sanitária, conforme explanações inclusas na exposição de motivos.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 069/2024 e; (ii) Justificativa.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Em tese, cabe destacar que o exame desta Assessoria



Jurídica contém-se tão-somente à matéria jurídica envolvida nos termos da sua competência legal. Portanto, tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos e tendo por base os documentos juntados, razão pela qual, a análise Jurídica jamais implicam em deliberações, as quais são competência exclusiva dos Senhores Vereadores.

Posto isto, constata-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpida no art.30 da Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal art. 4º, conforme redação:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local; (grifo nosso)**
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**

Art. 4º. Compete ao Município:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local; (grifo nosso)**
- II - suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;**

Portanto, a proposição atende os ditames constitucionais, uma vez que se trata de assuntos de interesse local, sendo matéria de competência legislativa municipal.

Cabe ressaltar que os créditos especiais são destinados a atender quaisquer despesas para as quais não haja dotação orçamentária. Veja-se o que dispõe o Art. 40 da Lei Federal n. 4.320/1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. (grifo nosso)

Em total consonância com o disposto no artigo 41, inciso II da mesma lei, encontra-se a classificação:

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; (grifo nosso)**

No Projeto de Lei consta: “abrir e incorporar no orçamento de 2024, crédito especial...”. O art. 42 da Lei nº 4.320/64, estabelece que:



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. (grifo nosso).

Crédito adicional especial é utilizado para atender as despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na lei orçamentária anual. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo, visando, geralmente, auxiliar despesas imprevistas, posteriores à elaboração do orçamento.

Conforme se vê do projeto enviado pelo poder Executivo possui os requisitos necessários para a abertura de crédito adicional especial. Assim como, é matéria do Município em face do interesse local, portanto, a iniciativa possui validade por se tratar de ato que está dentro da previsão legal e nada obsta quanto a regular tramitação do projeto, cabendo aos nobres Vereadores à análise em plenário.

III - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, observadas as recomendações constantes neste parecer, não se vislumbra óbice ao pretendido. Sendo assim, entende esta Assessoria Jurídica que o Projeto de Lei 069/2024, possui elementos necessários para seguir os trâmites dentro do Processo Legislativo.

São Sebastião do Caí, 07 de novembro de 2024.

LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São
Sebastião do Caí.
OAB/RS 118.431

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Assunto: Expediente - PM 069/2024 - CM 193/24
Relator: Dilson Dioclecio Pires
Projeto de lei do Executivo que abre um crédito especial no valor de R\$ 780.287,00 (setecentos e oitenta mil e duzentos e oitenta e sete reais) e dá outras providências.

PARECER

Sou de parecer **favorável** à aprovação do projeto de lei.

Em 13 de novembro de 2024.



Vereador Dilson Dioclecio Pires
Relator

Voto dos Vereadores Elson Lopes e Diego Flores: de acordo com o relator.

PARECER CONCLUSIVO

A CGP é, por unanimidade, **favorável** à aprovação do projeto de lei.
Em 13 de novembro de 2024.



Vereador DIEGO FLORES
Presidente



DILSON DIOCLECIO PIRES



ELSON LOPES